

Frente Parlamentar da Química realiza debate sobre gás natural em Brasília

O tema “O Novo Mercado de Gás Natural: uma ferramenta para retomada da indústria” reuniu mais de 80 pessoas na última quarta-feira, no Congresso Nacional

Foto: FPQuímica/Divulgação



O deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), o presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Marcos De Marchi, o presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente (Cidadania/SP), o deputado Alexis Fonteyne (Novo/SP) e o deputado Paulo Ganime (Novo/RJ)

A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) realizou na última quarta-feira, 8 de maio, um café da manhã, no Congresso Nacional, em Brasília. Com o tema “O Novo Mercado de Gás Natural: uma ferramenta para retomada da indústria”, a FPQuímica levou ao debate os desafios e oportunidades do gás natural no Brasil.

O presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente (Cidadania/SP), ressaltou durante a abertura a importância da unificação de pensamento sobre o mercado do gás natural. “Se não tivermos gás efetivamente chegando as nossas indústrias, não seremos competitivos e capazes de atrairmos investimentos, que é o que o Brasil precisa no momento”, afirmou.

Na sequência, o deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), coordenador de gás da FPQuímica, destacou que hoje o fornecimento de gás no Brasil é um desafio. "Recebemos o gás da Bolívia. Precisamos achar uma alternativa para expandir nosso mercado e competitividade para que o produto tenha um preço justo e de qualidade", salientou. O deputado ainda explicou que hoje muitas regiões do Brasil não têm acesso ao gás e que é preciso expandir para todo o País. "Precisamos de uma abertura de mercado. Gás chegando a todos os cantos do País com qualidade e competitividade".

O secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, representante do Poder Executivo na Frente Parlamentar da Química, participou do encontro via videoconferência e afirmou que o Brasil precisa de um livre mercado de gás para uma maior competitividade. "Não apenas a venda, mas a garantia de que haverá concorrência dos mercados. Em pouco tempo teremos um gás muito mais barato. E a expectativa é de que em três anos teremos o dobro da oferta de usos não térmicos no Brasil", disse.

Foto: FPQuímica/Divulgação



O deputado Afonso Motta (PDT/RS), o deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), o presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Marcos De Marchi, e o presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente (Cidadania/SP)

O presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Marcos De Marchi, realizou uma apresentação com o tema "A Indústria Química e o Gás Natural" e ressaltou a importância da indústria química nacional: "hoje a indústria química brasileira é a sexta maior do mundo. Nós geramos dois milhões de empregos diretos e indiretos. Os salários são o dobro da média dos salários da indústria de transformação. Mas a nossa indústria parou de crescer faz 10 anos, por falta de competitividade. Isso porque nós tropeçamos nos próprios custos aqui dentro

do Brasil”, afirmou.

Segundo ele, é fundamental mostrar a relevância do gás para a indústria brasileira, como uma ferramenta para a retomada da economia do Brasil. De Marchi enfatizou que diversos setores da economia são dependentes do gás natural, inclusive a cadeia de fertilizantes, utilizados pela indústria agropecuária, assim como tintas, brinquedos, cabos, piso vinílicos e outros.

Setor está otimista com o Pré-Sal

Atualmente, o gás natural no Brasil é o mais caro do mundo, o que faz com que o país perca investimentos. Mas o setor começa a se mostrar otimista com o Pré-Sal, que está sendo visto como uma grande oportunidade de mudar este cenário.

O vice-presidente da Frente Parlamentar da Química, deputado Afonso Motta (PDT/RS), destacou que o gás do Pré-Sal tem potencial de produtividade, e como consequência maior lucratividade: "Com o estímulo da exploração do Pré-Sal, teremos queda nos custos e um incentivo grande para a indústria química nacional, desenvolvimento estratégico para a economia do Brasil."

O presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente, concluiu: "foi um encontro muito produtivo para debatermos uma matéria-prima essencial para o desenvolvimento econômico do País. O intuito é termos investimento, oportunidade e competição. Saímos daqui com uma agenda positiva para fazer do gás algo barato, além de gerar emprego e renda", concluiu o parlamentar.

Durante o encontro, também contribuíram com o debate a presidente do Grupo Solvay/Rhodia, Daniela Manique, o diretor comercial da Yara Fertilizantes, Daniel Hubner; o sócio-diretor da Carbonor, Paulo Cavalcanti; e o especialista em Gás e Diretor da Gás Energy Rivaldo Moreira dos Santos Neto, que fez uma apresentação sobre o tema “Perspectivas de Integração do Gás Natural”.

Estiveram presentes no encontro os deputados coordenadores da Comissão Executiva da FPQuímica: Alexis Fonteyne (Novo/SP), de químicos para construção; deputada Lídice da Mata (PSB/BA), de energia renovável; Marcelo Calero (Cidadania/RJ), químicos para cosméticos e Paulo Ganime (Novo/RJ), coordenador estadual. Também prestigiaram o encontro os deputados Daniel Almeida (PCdoB/BA); Hercílio Coelho Diniz (MDB/MG); Rodrigo Agostinho (PSB/SP) e Vitor Lippi (PSDB /SP).

Além dos parlamentares, estiveram presentes a secretária adjunta de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Renata Isfer; o secretário especial adjunto Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Igor Calvet; o secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, César Mattos; a coordenadora de Insumos Industriais da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Juliana Casadei Motta; a diretora de Relações Institucionais,

Comunicação e Sustentabilidade da Abiquim e Coordenadora-executiva da FPQuímica, Marina Mattar; a diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Ferreira; além de líderes de sindicatos, executivos e representantes do setor.

Marco legal do saneamento básico estimulará investimento privado no setor

Medida provisória tem até o dia 30 de maio para passar nos Plenários da Câmara e do Senado

A Abiquim considera positiva a decisão da Comissão Mista de Deputados e Senadores de aprovar, no dia 7 de maio, a medida provisória (MP) 868/2018, que altera o marco legal do saneamento básico. A MP estabelece que, após o término dos contratos de saneamento, sejam realizadas novas licitações das quais poderão participar, em igualdade de condições, empresas públicas e privadas. Essa medida, na avaliação da Abiquim, trará desenvolvimento ao setor a partir dos investimentos privados, gerando mais empregos e beneficiando os 100 milhões de brasileiros que atualmente não são atendidos pelos serviços de saneamento básico e água tratada.

O atual modelo do setor foi estabelecido na década de 1970 e determina que as empresas estaduais sejam responsáveis por cerca de 75% do mercado, não tendo estabelecidas metas claras de investimentos ou atendimento à população. Sendo que o setor privado é responsável por 9% do atendimento à população e por 20% dos investimentos realizados.

Segundo o coordenador da Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água da Abiquim, José Eduardo Gobbi, a MP, que ainda precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado até dia 30 de maio, poderá gerar um cenário que permita a universalização no Brasil do saneamento e tratamento de água. “Trabalhamos nesse tema há mais de 10 anos e a medida provisória permitirá a entrada de investimentos privados e de tecnologias já utilizadas em outros países, como o processo de dessalinização da água por exemplo que nos últimos meses estamos escutando pelos diversos meios de comunicação apesar de que já é factível em muitos lugares a muitos anos, e assim com potencial para gerar benefícios a toda população, e que não conseguiríamos apenas com investimentos públicos, diante da atual situação econômica do País”.

O texto aprovado pela comissão foi o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), relator da medida, e que autoriza a União a participar de um fundo para financiar serviços técnicos para o setor, além de determinar que a regulamentação de águas e esgotos, hoje atribuição dos municípios, se torne responsabilidade do governo federal, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA).

Gobbi, coordenador da Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água da Abiquim, também acredita

que o tratamento da água para consumo humano e efluentes terá mais qualidade com a aprovação da MP. “Trabalhamos para certificar os produtos adquiridos pelas companhias nos processos de tratamento tanto da água coletada dos diversos mananciais, como nos produtos adquiridos para tratar os efluentes. Assim tecnologias e produtos que não foram implementadas no Brasil até este momento, devido ao antigo processo de licitação, poderão ser implantadas com mais rapidez, o que também irá gerar benefícios ao meio ambiente a curto e médio prazo, um dos pilares do Programa Atuação Responsável®, adotado pela Abiquim desde 1992”.

“As consequências da aprovação dessa MP para a atração de investimentos, com o potencial da ordem de R\$ 60 bi por ano e geração de mais de 700 mil empregos são espetaculares, entretanto, o mais sensacional é a possibilidade de começar a dar uma vida digna, levando os benefícios da química a 100 milhões de brasileiros que não usufruem hoje de saneamento básico e água tratada. Uma demonstração clara do comprometimento do Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU”, afirma a diretora de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Abiquim, Marina Mattar.

Secretário especial Carlos Alexandre Da Costa explica as prioridades do governo brasileiro em uma economia de baixo carbono

Foto: CPLC/Divulgação



O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, na assembleia do CPLC

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, representou o governo brasileiro na Assembleia Geral da *Carbon Pricing Leadership Coalition* (CPLC), iniciativa liderada pelo Banco Mundial, realizada em Washington, no dia 11 de abril.

Em sua participação na assembleia, Da Costa afirmou que o governo planeja fazer um benchmark para decidir as medidas que terão mais impacto no desenvolvimento de um sistema de comércio de emissões. “Achamos que o sistema pode ser uma boa maneira de avançar, porque o que observamos é que muitas iniciativas para a redução das emissões poderiam ganhar com o sistema de comércio de emissões e não foram incentivadas”.

O secretário especial do Ministério da Economia também destacou que o País tem muitas fontes de energia renováveis e que muitos segmentos industriais no Brasil já trabalham para reduzir suas emissões de carbono, como a indústria química brasileira representada na Assembleia pela Abiquim e pela Braskem.

Da Costa afirmou ainda que o atual governo possui três princípios para a adoção de um sistema de comércio de emissões, incluindo a consideração dos esforços históricos dos setores industriais, a parceria com outros países em caso de adoção de um sistema de comércio de emissões e o esforço do Brasil para modernizar sua economia, pois ainda existem muitas indústrias no País que podem aumentar sua eficiência econômica e ao mesmo tempo reduzir suas emissões de carbono.

Conselho Nacional de Política Energética aprova resoluções para garantir maior competitividade no refino e estímulo à concorrência de Gás Natural

Com o objetivo de, entre outras medidas, estimular a entrada de novos agentes econômicos, promover o fomento na oferta primária de combustíveis e demais derivados de petróleo, além de instituir competências de estímulo ao Gás Natural, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) realizou uma sessão extraordinária, na sexta-feira, 09 de maio.

A reunião do CNPE aprovou a resolução nº 4/2019, que incentiva ações do governo, como o Novo Programa do Gás, ao instituir o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil; ao propor medidas de estímulo à concorrência e ao estabelecer uma cartilha de diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas, propondo também ações a entes federativos para a promoção de práticas regulatórias benéficas para todo o setor. Para a diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, a medida é muito bem-vinda. “A instituição de um comitê focado na adoção de medidas que visem o estímulo à concorrência na indústria do gás auxiliará no ganho de competitividade e na efetivação do mercado livre de gás, vindo de encontro ao que a indústria como um todo, em especial a indústria química, vem pleiteando ao longo dos anos”.

No encontro, ao tratar da indústria de refino, determinou-se condutas específicas que deverão ser seguidas por empresas dominantes no mercado de refino, considerando como ponto importante a alienação concomitante de refinarias e seus respectivos ativos de infraestrutura usados para a movimentação de insumos e produtos

próprios, bem como a transferência preferencial destes produtos para grupos econômicos desverticalizados no mercado relevante.

A resolução estabelece ainda que a potencial concorrência entre as empresas de refino estejam ligadas à grupos econômicos distintos, excluindo a participação societária dos vendedores nestes empreendimentos, o que deve garantir o atendimento futuro ao mercado brasileiro de derivados de petróleo. “A possibilidade de diversificação dos ‘players’ nesse mercado abre espaço para investimentos em refinarias ‘green fields’ (novas) e a efetiva concorrência no segmento de derivados do refino, estabelecendo as condições necessárias ao alinhamento de preços ao mercado internacional”, afirmou Fátima.

Segundo a diretora da Abiquim, como consequência, deve ocorrer uma maior disponibilidade de produção local de produtos de que o País depende e que são majoritariamente importados, como a nafta petroquímica, matéria-prima principal da petroquímica brasileira, gás natural e seus líquidos. “Essa é a melhor estratégia empresarial para que o óleo e o gás do Pré-Sal também sejam processados em território brasileiro, evitando a exportação bruta dos produtos e a importação de derivados. A decisão é muito assertiva e vai na direção do que o País efetivamente precisa, transparência, livre mercado, com competitividade, geração de empregos e agregação de valor para o País”, completou a executiva.

Governo de São Paulo determina os procedimentos para reconhecimento de ICMS concedidos por outros estados

O Governo do Estado de São Paulo adequou a legislação paulista à Lei Complementar nº 160/2017 e ao Convênio 190/2017, que estabeleceram as condições para a regularização de créditos de ICMS concedidos por outros estados. A Resolução Conjunta SFP/PGE nº 1/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 8 de maio, determina os procedimentos necessários para os contribuintes requererem os reconhecimentos desses créditos.

O reconhecimento de créditos do ICMS concedidos por outros estados estava na pauta dos representantes do setor químico, em reunião realizada, no dia 22 de abril, pelo Conselho Diretor da Abiquim, com o governador do Estado de São Paulo, João Dória, que estava acompanhado pelo secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles.

Segundo o secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, a medida gera segurança jurídica para as empresas paulistas que discutem autos de infração do ICMS tanto no âmbito administrativo, no Tribunal de Impostos e Taxas (TIT), quanto em ações judiciais.

O Estado reconhecerá os créditos de ICMS após a verificação do atendimento das exigências, entre elas a confirmação de que os débitos de ICMS são de fato decorrentes de benefícios fiscais concedidos anteriormente à edição da Lei Complementar nº 160/2017 e a confirmação de que houve o atendimento de todas as condições por parte do Estado de origem.

Para ter o reconhecimento dos créditos, o contribuinte paulista deve apresentar pedido à Secretaria da Fazenda e Planejamento ou à Procuradoria Geral do Estado (PGE), conforme a situação do débito fiscal (não inscrito ou inscrito em dívida ativa, respectivamente). Os requerimentos devem ser específicos, indicando qual o item do auto de infração está incluído no pedido. A apresentação suspenderá o julgamento do auto de infração, ou o encaminhamento para a inscrição do débito na Dívida Ativa, ou a ação judicial, conforme o caso.

Atendidos todos os requisitos, será efetivada a renúncia/desistência de ações judiciais, impugnações, defesas e recursos administrativos do contribuinte, e os créditos de ICMS serão reconhecidos. Não sendo o caso de regularização, terá prosseguimento o julgamento do auto de infração, bem como a inscrição do débito na Dívida Ativa ou a ação judicial.

A resolução Conjunta SFP/PGE nº 1/2019 está disponível na página 23 do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

[Clique aqui](#) para acessar.

[Clique aqui](#) e acesse o portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento para ver os procedimentos de solicitação de créditos do ICMS para débitos não inscritos.

[Clique aqui](#) e acesse o portal da Procuradoria Geral do Estado para ver os procedimentos de solicitação de créditos do ICMS para débitos inscritos.

5º Seminário Abiquim de Tecnologia e Inovação acontece em outubro



O “Seminário Abiquim de Tecnologia e Inovação” chega a sua quinta edição em 2019. O evento será realizado nos dias 30 e 31 de outubro, no Auditório do Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos (SENAI CETIQT), localizado no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (RJ), que será inaugurado no período da manhã do primeiro dia do Seminário.

O evento promove a integração entre as empresas, universidades, centros de pesquisa, instituições de fomento, formuladores de políticas tecnológicas e industriais, além de estimular o debate em busca de soluções para os gargalos da indústria nacional.

Esta edição do Seminário abordará os temas: “Química do CO2”, “Economia Circular”, “Intensificação de Processos” e “Mobilidade Urbana”.

O “Seminário Abiquim de Tecnologia e Inovação 2019” tem o patrocínio das empresas Croda e Unipar. As interessadas podem entrar em contato com o assessor de marketing da Abiquim, Fernando Tavares, pelo e-mail: fernando.tavares@abiquim.org.br.

CNI divulga calendário tentativo das negociações comerciais com intensificação de rodadas com parceiros estratégicos

Novas rodadas confirmadas com União Europeia, EFTA, Canadá, Coreia do Sul, além das previstas com Cingapura e México, confirmam visão do Governo na direção de acelerar agenda de inserção comercial

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou aos membros da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) o calendário tentativo das próximas rodadas de negociações internacionais de comércio. Estão confirmadas para ocorrer entre maio e julho novas rodadas do Mercosul com União Europeia, EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), Canadá e Coreia do Sul, além de estarem ainda previstas outras com Cingapura e México, ainda em data em definição.

Para a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo, a inserção comercial por meio de acordos internacionais é uma plataforma equilibrada e bastante eficiente para aprofundar as relações do Brasil e dos sócios do Mercosul com os principais atores do comércio internacional. “A Abiquim é favorável ao estabelecimento de uma política comercial externa responsável e consequente, que privilegie uma postura negociadora com parceiros estratégicos para o País como um todo e especialmente para o setor químico brasileiro. Entendemos ser fundamental garantir condições de se fortalecerem as relações de comércio justo e saudável e a ampliação dos horizontes de investimentos, respeitando-se as sensibilidades em acesso a mercados e regras de origem e progredindo em novas disciplinas como facilitação de comércio e eliminação de barreiras técnicas”, destaca a diretora. Mais informações podem ser obtidas com a equipe de Assuntos de Comércio

Exterior da Abiquim pelo telefone: (11) 2148-4743.

Seminário promove a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2019

O Seminário Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat), promovido pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho (SRT/SP), foi realizado no dia 30 de abril e debateu a necessidade de criar uma cultura de prevenção além de promover a campanha, que este ano tem o tema “Gestão de Riscos Ocupacionais: O Brasil contra acidentes e doenças do trabalho”.

A diretora executiva da FIESP, Luciana Freire, abriu o Seminário afirmando: “o maior patrimônio que a empresa tem é o capital humano. Equivoca-se quem pensa que segurança e saúde é um gasto da empresa, é um investimento”.

Ainda na abertura, a presidente da Fundacentro, Marina Battilani, ressaltou o papel da Fundacentro em dar subsídios técnicos para a reformulação das Normas Regulamentadoras (NRs) e a aproximação com os órgãos de governo, sem deixar de lado trabalhadores, empregadores e o Ministério Público do Trabalho – MPT.

A mesa de abertura do evento ainda contou com a participação do representante da Bancada dos Trabalhadores da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Washington dos Santos; da desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT 2), Regina Duarte; do superintendente da SRT/SP, Marco Melchior; da procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT - 2ª Região), Eliane Lucina; e do diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil, Martin Hahn.

Foto: reprodução/YouTube FIESP



O gerente de Gestão Empresarial da Abiquim, Luiz Shizuo Harayashiki, no Seminário Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho

A programação do evento ainda contou com dois painéis. O primeiro sobre Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho – SST contou com a apresentação “Benefícios de uma boa gestão de SST”, do gerente de Gestão Empresarial da Abiquim, Luiz Shizuo Harayashiki, que abordou o Programa Atuação Responsável® como uma ferramenta para aumentar a segurança dos colaboradores do setor químico.

O painel também contou com a apresentação do engenheiro da Fiesp, Luiz Chiummo, que reforçou a necessidade de ter uma visão de gestão integrada e considerar que a SST faz parte do negócio; e do pesquisador da Fundacentro, Gilmar Trivelato, que abordou normas técnicas voltadas para a gestão em SST. O painel foi moderado pelo presidente do Serviço Social da Construção - Seconci/SP, Haruo Ishikawa.

O segundo painel da programação buscou traçar um panorama atual da gestão de SST foi moderado pela presidente da Associação Paulista de Medicina do Trabalho (APMT), Flávia de Almeida. O painel contou com apresentações do auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/SP), Antonio Pereira; do também auditor fiscal do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo; e da procuradora geral da Advocacia Geral da União (AGU), Marta Vilela Gonçalves.

[Clique aqui](#) para conhecer as ações programadas para promover a Canpat 2019.

[Clique aqui](#) para ver o vídeo da Canpat 2019

Segurança de Processo é tema de reunião entre CCPS e Abiquim



Foto: Abiquim/Divulgação

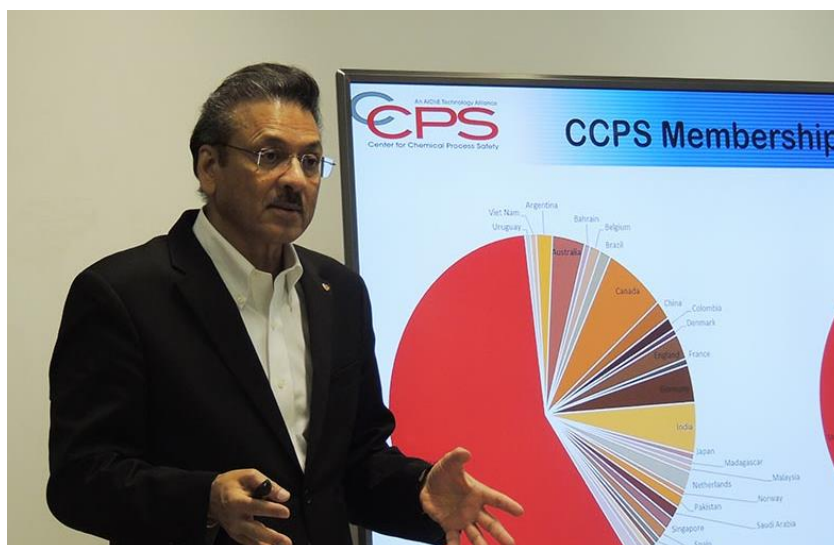
Segurança de Processo foi tema de reunião entre representantes do Center for Chemical Process Safety e da Abiquim

Representantes do *Center for Chemical Process Safety* (CCPS) e da Abiquim se reuniram, no dia 8 de maio, para discutir e estreitar as ações de parceria entre as entidades. O CCPS é uma organização sem fins lucrativos do *American Institute of Chemical Engineers* (AIChE), que identifica e aborda as necessidades de segurança de processos para uma variedade de instalações envolvidas no manuseio, armazenamento, uso ou processamento e transporte de materiais perigosos.

Participaram da reunião o diretor executivo do CCPS, Shakeel Kadri; o gerente para a América Latina do CCPS, Marvin Szoyche; o representante do CCPS no Brasil, Alexandre Glitz; além de membros da comissão de Segurança de Processo (SEPRO) da Abiquim e das regionais dos Encontros do CCPS que ocorrem no País.

Durante a reunião, o coordenador da Comissão de Segurança de Processo da Abiquim, João Carlos Gregoris, que também é líder Tecnológico de Segurança de Processos para a Dow Brasil e América Latina, fez uma apresentação institucional da Abiquim e dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, destacando os esforços para o desenvolvimento do tema junto as pequenas empresas.

Foto: Abiquim/Divulgação



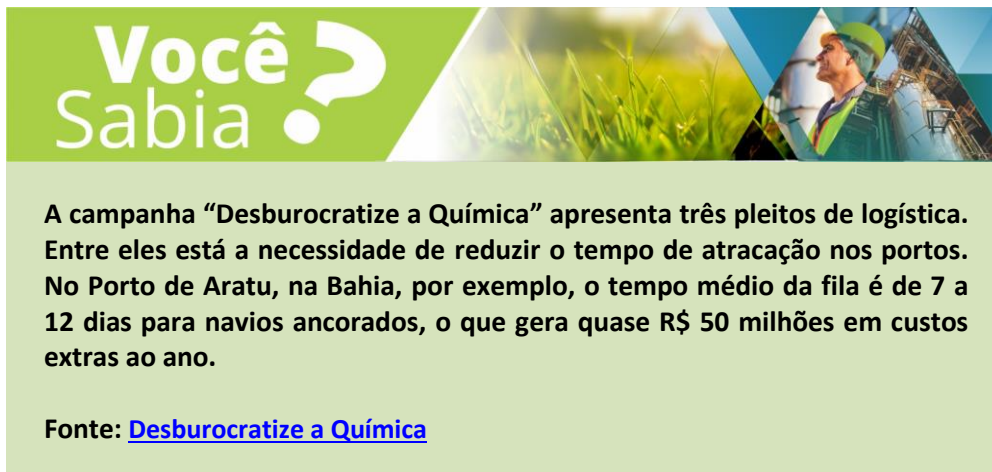
O diretor executivo do CCPS, Shakeel Kadri

Na sequência, o diretor executivo do CCPS, Shakeel Kadri, falou das ações do CCPS no mundo e dos projetos em andamento abrindo uma discussão sobre como incrementar as atividades no Brasil. Kadri ainda apresentou a Visão 20/20, que analisa o futuro próximo para demonstrar como atingir a excelência em segurança de processo por meio da valorização do assunto pelas indústrias, impulsionado por cinco princípios: cultura, padronização, competência, sistemas de gestão e lições aprendidas.

O debate que deu continuidade à reunião envolveu além dos assessores Técnicos da Abiquim Yáskara Barrilli e Willian

Matsuo, os representantes da DuPont, Chevron, FM Global, R S E Consultoria e Johnson & Johnson. Dentre os assuntos discutidos, destacaram-se os novos indicadores de SEPRO que estão sendo implementados no Brasil de acordo com os critérios estabelecidos pelo *International Council of Chemical Associations* (ICCA) e os desafios em disseminar os conceitos de SEPRO para pequenas empresas.

Mais informações sobre a Comissão de Segurança de Processo (SEPRO) podem ser obtidas com a assessora Técnica da Abiquim Yáskara Barrilli, pelo e-mail: yaskara.barrilli@abiquim.org.br.



Você Sabia?

A campanha “Desburocratize a Química” apresenta três pleitos de logística. Entre eles está a necessidade de reduzir o tempo de atracação nos portos. No Porto de Aratu, na Bahia, por exemplo, o tempo médio da fila é de 7 a 12 dias para navios ancorados, o que gera quase R\$ 50 milhões em custos extras ao ano.

Fonte: [Desburocratize a Química](#)

SERVIÇOS



ACESSE OS CANAIS DA ABIQUIM NAS REDES SOCIAIS

- Facebook.com/abiquimoficial
- Instagram.com/abiquim.oficial
- Youtube.com/videosabiquim
- Twitter.com/abiquimoficial

#365DiasComVc

ABIQUIM

Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)

Abiquim na imprensa

- ✓ [DCI – Volumes sobem 1,55 até março](#)
- ✓ [Petronotícias – Mercado de Gás Natural no Brasil será tema de debate em Brasília](#)
- ✓ [TN Petróleo – Frente Parlamentar da Química discute “Novo Mercado de Gás Natural”](#)
- ✓ [O Povo – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [A Tarde – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [Diário do Grande ABC – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [IstoÉ Dinheiro – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [Estado de Minas – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [A Crítica – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [Repórter Diário – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [JRGas – Governo prepara fim do monopólio da Petrobras no gás para reduzir preço](#)
- ✓ [CGN – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [UOL – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [IstoÉ – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [Jornal do Comercio de Pernambuco – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [DCI – Produção de químicos cresce 1,55% no 1º trimestre](#)
- ✓ [Brain Market – Setor químico aguarda política do gás](#)
- ✓ [SQ Química – Governador João Doria discute ações para aumentar a competitividade da indústria química com executivos do setor](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

[Evonik lança site focado nas soluções para o mercado de impressão 3D](#)

[Peróxidos do Brasil obtém licença ambiental e dá mais um passo fundamental para a implantação de fábrica no Chile](#)

[Agente de cura Anquamine® 728 para revestimentos epóxi sobre concreto confere benefícios a aplicadores e usuários finais](#)

CALENDÁRIO DE CURSOS E EVENTOS ABIQUIM

Maio						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Junho						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

01 - Dia do Trabalho

07 e 08 – Capacitação para Interpretação da FISPQ – Módulo I

09 – Capacitação para Interpretação da FISPQ – Módulo II

22 – Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos (Recife)

23 – Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos (Camaçari)

27 – Novo Processo de Importação: A DUImp, o CCT, o Tratamento Administrativo no Comércio Exterior e Catálogo de Produtos

04 e 05 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário - 3ª Edição

06 - Minicurso: O Ciclo Total de Vida das Instalações em Atmosferas Explosivas

10 – Capacitação em Petroquímica

12 - Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos

20 - Corpus Christi

PRÓXIMOS CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS

[22/05 – Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos – Incluindo Módulo Específico para Transporte de Resíduos Nova Lei do Estado de Minas Gerais para o Atendimento Emergencial \(Recife\)](#)

[23/05 – Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos – Incluindo Módulo Específico para Transporte de Resíduos e Nova Lei do Estado de Minas Gerais para o Atendimento Emergencial \(Camaçari\)](#)

[27/05 – Novo Processo de Importação: A DUImp, o CCT, o Tratamento Administrativo no Comércio Exterior \(LPCO\) e o Catálogo de Produtos](#)

[04 e 05/06 – Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição](#)

[06/06 – Minicurso: O Ciclo Total de Vida das Instalações em Atmosferas Explosivas](#)

[10/06 – Capacitação em Petroquímica](#)

[12/06 – Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos – Incluindo Módulo Específico para Transporte de Resíduos e Nova Lei do Estado de Minas Gerais para o Atendimento Emergencial \(RJ\)](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES

Reuniões programadas nos dias 14 a 20 de maio:

14 de maio

09h00 – Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água

12h30 – Comissão Temática de Diálogo com a Comunidade

15 de maio

09h00 – Comissão Temática de Logística

16 de maio

09h00 – Comissão Setorial de Gases Medicinais

14h00 – Comissão Setorial de Solventes de Uso Industrial

20 de maio

10h00 – Comissão Temática de Recursos Humanos e Assuntos Trabalhistas

14h00 – Comitê para o Desenvolvimento Sustentável

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Camila Matos, Marco Gomes e Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).